

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

DO ÓBITO A PARTILHA: REDES SOCIAIS E INVENTÁRIOS POST MORTEM

Paulo Vinicius Silva de Santana^{*}
Eduardo Filipe de Resende^{**}

Não há memória da fundação do templo consagrado ao culto de N. Sr. da Conceição próximo ao Rio do Guarapiranga, nem quando fosse erigido em Matriz, axando-se os assuntos do pro. Batizamento, casamento, o óbito no ano de 1718.¹

A região de Piranga (antiga Guarapiranga), apesar de ser uma importante peça na dinâmica da transição econômica na região mineradora é negligenciada pela historiografia que trata da Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. O trecho que precede trata do surgimento da Freguesia, mais especificamente da construção e do funcionamento da Igreja Matiz enquanto órgão de registro e de ofício religioso.

Temos este processo como sendo o resultado de uma ocupação, e esta ocupação vem como uma das conseqüências do estabelecimento de atividades econômicas senão prósperas no mínimo atraentes para que certa quantidade de “almas” não só encolhesse a região como domicílio, mas que a localidade continuasse atraindo um volume considerável de pessoas, notoriamente homens, de outras regiões e até mesmo de Portugal.

Mas a configuração da região periférica de produção de ouro não é muito estudada, principalmente num momento de penumbra em que a atenção da historiografia se voltava muito mais detidamente a questões relacionadas com a constituição do estado nação, ou mesmo à aparente crise econômica que se instaurara em meio à região das minas.

Tal perspectiva se modifica caleidoscopicamente quando uma série de estudiosos das mais diversas áreas se voltaram para a produção e um volumoso de obras que tinham uma abordagem que não desmerecia a antiga capitania da mineração. Passaram a ver tal movimento sobre uma ótica que valorizava o surgimento de um forte mercado interno no período do ouro e que por sua vez também criara um sistema econômico que se retro-alimentava e permaneceu vivo até a configuração de uma produção voltada para a exportação de mercadorias agropecuárias.

^{*} Graduando da Universidade Federal de Viçosa, bolsista de Iniciação Científica PIBIC FAPEMIG. E-mail: pvss13@gmail.com

^{**} Graduando da Universidade Federal de Viçosa, voluntário no projeto. E-mail: resendeedu@gmail.com

¹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livro de Lotação das Freguesias (1826)

Durante a década de 1980, a historiografia sobre Minas Gerais passou por uma reformulação, estimulada por trabalhos que adotavam hipóteses e métodos renovadores. Utilizando uma variedade de novas fontes e métodos da história demográfica, os trabalhos de Roberto Martins² abriram um debate fecundo, chamando atenção para o fato de que a economia mineira era mais dinâmica e diversificada que se supunha até então. A revelação de que Minas Gerais possuía o maior plantel de escravos do Império durante o século XIX, e que era um importador líquido de escravos mesmo depois da abolição do tráfico, em 1850, colocava em questão pressupostos centrais da interpretação anterior, centrada na idéia de decadência. O estudo de Martins e de outros autores, como Lenharo,³ Slenes⁴ e Libby⁵ indicavam que o dinamismo econômico da Província não derivava fundamentalmente dos setores agro-exportadores, mas da presença de um significativo mercado interno que combinava atividades agrícolas, mineradoras e proto-industriais.

Uma série de trabalhos importantes de história agrária e história regional também demonstraram a complexidade dos processos de ocupação de terras nas regiões de fronteira não dominadas pelo complexo da *plantation*, e a convivência da grande propriedade com a presença de um *proto-campesinato* de elevada mobilidade geográfica.⁶ E é neste mesmo vazio, nas relações desta sociedade em movimento, agro-mineral que buscaremos explicações para uma série de processos sociais.

Tentamos traçar o perfil econômico do defunto Sargento Mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira e por meio deste tentaremos definir como tal configuração de bens fez com que a partilha se configurasse como se configurou.

Mas antes de tudo, e talvez este seja nosso principal objetivo, buscaremos explicar como o tramite do inventário é um trajeto que se estudado de forma mais detida obtém resultados que vão para além da mera seriação. Dentro deste documento específico reside

²MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980. e MARTINS, Roberto Borges. *Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora*. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983.

³LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁴SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.

⁵LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁶Neste sentido temos as seguintes obras: CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais, séculos XVIII-XIX*. Mariana: UFOP/ICHs, 1999. (Série Estudos) MATTOS, Hebe de Castro. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. MATTOS, Hebe de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yeda. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, 8(15):17-26, 1995.

parte considerável de mais de uma rede social, e tais redes são capaz de esboçar parte da dinâmica da sociedade na qual estava inserida.

Alguns pontos metodológicos devem ser apresentados. O primeiro deles é a classificação dos bens utilizada. Foi elaborada tendo em vista o próprio documento e a tipificação.⁷ Tal classificação já foi usada anteriormente por nós para analisar a livreria dos padres residentes na mesma região e se demonstrou válida no sentido de se produzir minimamente resultados que nos deram sentido ao que chamamos aqui de perfil econômico.⁸ No entanto a intenção neste trabalho era entender a categoria livro dentro dos inventários, o que não é o foco de nosso atual trabalho.

Antes então de entrarmos no exemplo algumas considerações reativas à estrutura do documento seriam elucidativas. A primeira delas é referente ao motivo da feitura do documento. Segundo as *Ordenações Filipinas*⁹ a única razão para se fazer um inventário era a existência de menores de idade herdeiros. Abrindo um parêntese a esse respeito, como afirmamos em nosso texto anteriormente citado, não havia a exigência de se fazer um inventário para a divisão dos bens de padres, mas tal procedimento acontecia sempre que existia o testamento. O mesmo ocorria quando de casados sem filhos menores, ou mesmo com solteiros que tivessem feito, em momentos que julgassem derradeiros em suas vidas, um testamento.

A sociedade brasileira, notoriamente a mineira, era permeada de atos que muitas das vezes extrapolam em muito que temos por ações racionais. Neste sentido podemos citar o trabalho de Amon Grossi. Em sua dissertação intitulada *O Medo na Capitania do Ouro: Relações de poder e imaginário sobrenatural – Século XVIII* ele trabalha com uma série de mecanismos existentes dentro do imaginário da capitania de Minas Gerais. Um exemplo interessante dado pelo autor são as “Procissões de Ossos” em que o que hoje são tidos como símbolos do terror, os ossos eram tratados como sendo um símbolo da religiosidade, um tributo aos que já haviam ido “para o além”.¹⁰

⁷ Classificação dos itens inventariados em geral: IE – escravos, IRM – itens relacionados com a mineração, INI – itens não identificados, IOA – itens ligados às atividades agropecuárias, IOP – itens de ordem pessoal, IP – itens pecuniários.

⁸ SANTANA, Paulo Vinicius Silva de. “Os livros dos profissionais da fé: padres e suas bibliotecas na Minas do início do século XIX.” In: *Anais eletrônicos Simpósio Nacional do CEHILA – Brasil 2008 e IX Ciclo de Estudos da Religião: Modernidade, Instituições e Historiografia Religiosa no Brasil*; Virgínia A. C. Buarque et alli. Ouro Preto, 2008.

⁹ *Ordenações Filipinas*. Livro Primeiro, Título LXXXVIII, Inventários.

¹⁰ GROSSI, Amon Fernandes. *O Medo na Capitania do Ouro: Relações de poder e imaginário sobrenatural – Século XVIII*. Dissertação de Mestrado, UFMG, FAFICH, 2002, p. 51.

O “jurar a alma” estava presente em todo o processo de feitura do inventário. E era tido como líquido e certo que aquele que jurasse por sua alma inegavelmente estava a penhorar o que tinha de mais valioso e de forma alguma iria se ariscar em cair em tal pecado, pois o mesmo significaria as penas não só dos homens e da igreja, bem como o castigo divino tanto na vida, quanto no pós-morte.

Como exemplo de processo semelhante temos as chamadas “ações da alma”:

*As chamadas “ações da alma” refletiam o temor frente à perdição da alma. Eram processos da justiça civil onde a culpa ou a inocência de alguém, envolvido em algum tipo de disputa, baseava-se no juramento do próprio acusado. Se alguma “troca se efetivasse entre partes sem, contudo, ter sido formalizada por escritos e sinais, o credor podia dirigir-se ao juiz e requerer que ele citasse o devedor para ‘jurar por sua alma’ se havia ou não feito a transação”. Caso o acusado negasse, por exemplo, uma dívida, mediante juramento pela alma, o juiz o absolvía e condenava o autor da acusação nas custas. Se o acusado se recusasse a jurar, era automaticamente considerado culpado.*¹¹

Mas toda esta base de julgamento não era obviamente a única forma fixa dentro dos inventários. A partir de agora partiremos para o que definimos como sendo os tópicos fixos presentes dentro de todos os documentos.

Todo inventário sempre é aberto com a identificação do falecido que deixou os bens, nele geralmente está a informação do dia da morte, da existência ou não de testamento e também da existência ou não de herdeiros menores de idade. Este trecho específico não oferece muito a analisar, além de ser breve, não oferece muitas perspectivas de percepções do social, nem das movimentações econômicas, no que diz respeito a estudos seriais. Temos neste trecho ainda a informação de quem é o inventariante, neste sentido, informação importante, relativa a pessoa que vai gerir todo o processo de descrição e partilha.

Posteriormente temos a “Nomeação de Louvados” que se trata da listagem das pessoas encarregadas de avaliar os bens. Aqui sim começam as perspectivas de pesquisa, pois os tais louvados são geralmente pessoas influentes dentro do esquema de descrição e partilha, se tratando na maioria das vezes de pessoas consideráveis no que diz respeito a poder local.

Seguidamente a essa nomeação temos o “Juramento dos Louvados”. Aqui encontramos o “jurar pela alma” em muitas situações. Encontramos ainda o juramento acompanhado a colocação da mão por sobre a bíblia sagrada e a aceitação das conseqüências tanto judiciais, quanto religiosas de castigos que seriam perpetrados devido aos desvios da função.

¹¹ GROSSI, Amon Fernandes. Op. Cit, p. 56.

Em seguida temos o item “*Título de Herdeiros*”. Nele estão descritos os familiares que tem direito na herança. Assim temos a metade de todo o espólio sendo herdado pelo cônjuge, na existência de um logicamente, posteriormente o restante é dividido em partes iguais para os filhos. No entanto, dependendo da legislação vigente, temos diferentes pesos ao testamento. Mas, na maioria dos casos, se tratando de leigos, o testamento define coisas menores como a definição do cotejo fúnebre, do local do sepultamento, a esmola e as missas em nome da alma. Do ponto de vista do inventário temos algumas doações, mas principalmente o que encontramos de mais significativo é a definição de quem vai ser o testamentário, ou seja, o delegado de cumprir a vontade do defunto, e, o incide mais diretamente no inventário, quem será o inventariante, que vem geralmente na forma de uma lista de nomes por ordem de preferência.

Posteriormente temos a “*Descrição de Bens*”, nela é possível vislumbrar todos os bens encontrados e que são por via de regra “*vistos e avaliados pelos louvados*” de forma a serem, na medida das limitações daqueles encarregados pela sua avaliação, descritos minuciosamente e tem seus valores declarados. Sendo assim, temos aí um valiosíssimo fundo para análises econômicas tanto do ponto de vista micro, quanto nas perspectivas da média e longa duração. Pode-se ter ainda, durante o inventário, e é o que acontece no exemplo posteriormente tratado, é que hajam “*Acréscimos*” e “*Redescrições*” que, em algumas situações tratam de algum erro ocorrido na primeira descrição, ou tratam de itens cujo valor se defasou devido à passagem de tempo.

Posteriormente temos a continuação do tramite do processo e aí aparecem uma série de mecanismos que demonstram os movimentos dos interessados na finalização do processo. *As juntadas, as citações e as licitações* tratam, resumidamente, dos procedimentos jurídicos. Quase sempre tem a ver com algum acréscimo menor, a citação do nome de algum herdeiro no processo, ou ainda de alguma reavaliação de um item. Podem servir ainda como instrumento de embargo. Desta forma são capazes de mostrar a inaptidão de algum louvado na avaliação dos bens, ou ainda no questionamento da competência do inventariante em promover o processo de partilha.

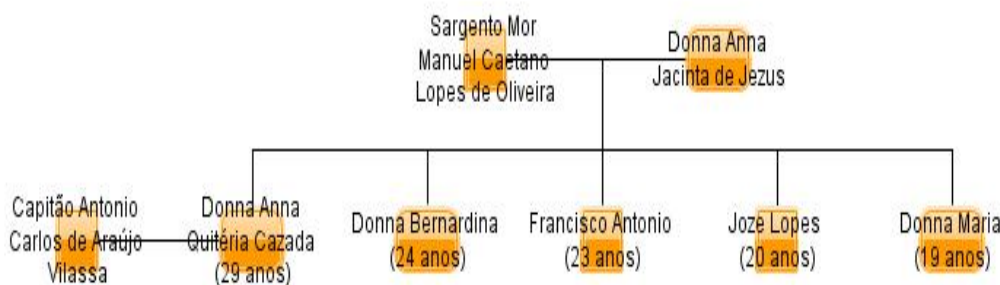
Finalmente temos o processo de “*Aceitação da Herança*” pelos citados no processo e a “*Partilha*” dos bens em si. Neles vemos as diferenciações de cada nível de herdeiro. O cônjuge recebe metade dos bens, e os outros herdeiros o restante em partes iguais. A última movimentação relativa ao processo, geralmente é o pagamento do selo, que trata-se da quitação do custeio do processo.

Mas em uma análise, como isso funciona na prática? Bem, a estrutura citada acima nem sempre vem da maneira como a descrevemos. Apesar disso, muitas informações pertinentes a diversos campos da pesquisa histórica podem ser levantados. Vamos a eles então tomando como exemplo o inventário do Sargento Mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira.

O Sargento Mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, casado com Dona Anna Jacinta de Jesus, pai de cinco filhos, morreu em três de Maio de 1812 deixando bens que se aproximavam da quantia de dezesseis contos de reis. Após a sua morte o processo de divisão de seus bens conta uma história. Do óbito até a divisão transcorrem mais de trinta anos, o que faz do documento em questão registro de um volume considerável de informações relativas à sociedade da época que vão para além do evento propriamente dito.

Por meio de seu inventário podemos formar o que seria a sua estrutura familiar. As idades dos filhos e quais estavam casados neste primeiro momento nos mostram o mapa da herança.¹²

Rede Familiar 1814



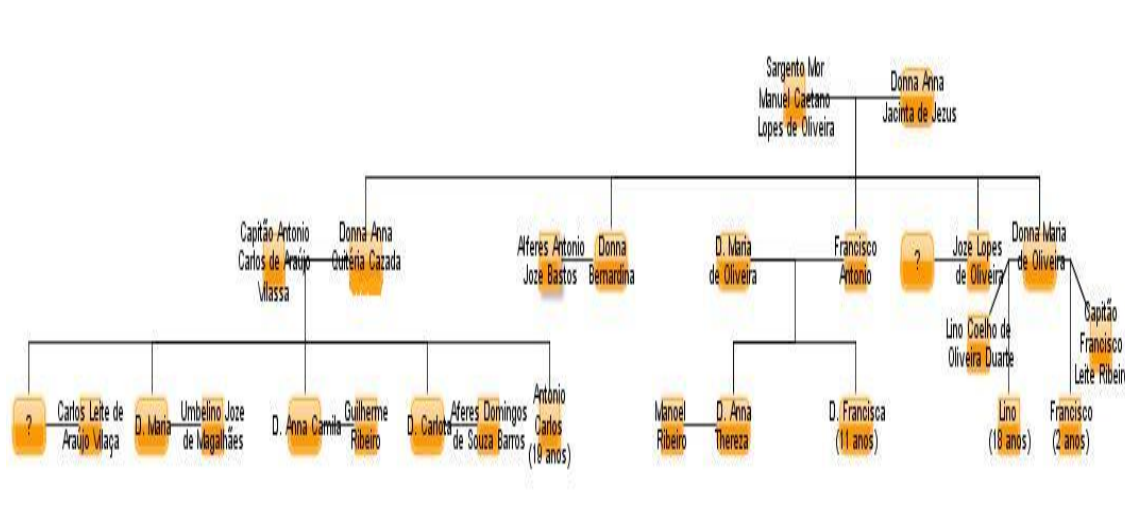
Percebemos aí a pouca complexidade no que diz respeito a divisão dos bens. Após quitadas as dívidas a conta para a divisão seria simples pois contemplaria um número reduzido de herdeiros. Nota-se também outro fator característico desta sociedade: a pouca valorização do sobrenome enquanto fator de distinção de um grupo social. Nenhum dos filhos neste primeiro momento tem seus sobrenomes mencionados, indicando que nesta sociedade a localização do sujeito no meio social era o resultado não de uma simples nomeação, mas sim da relação em si com outros integrantes da mesma rede.

¹² Casa Setessentista de Mariana, Inventário dos Bens do Sargento Mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, 1814.

Representativo disto é que a filha casada Donna Anna Quitéria aparece e é localizada socialmente com a menção de seu marido “*Donna Anna Quitéria Cazada com o Capitão Antonio / Carlos de Araujo Vilassa de idade de Vinte nove annos*”¹³

Se avançarmos consideravelmente no tempo veremos que a dita rede recebe uma série de adendos que a tornam muito mais complexa e por conseguinte a divisão muito mais trabalhosa do ponto de vista econômico e matemático.

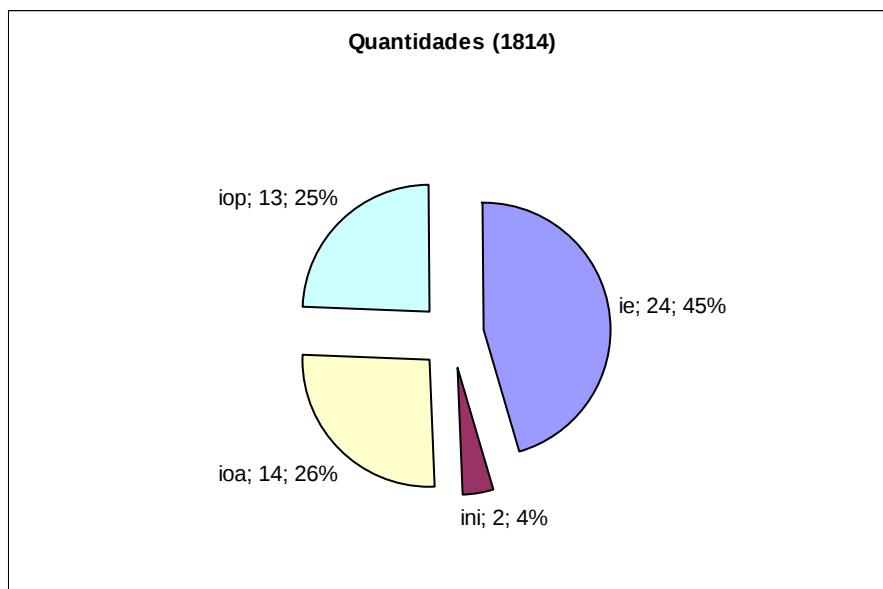
Rede Familiar 1841



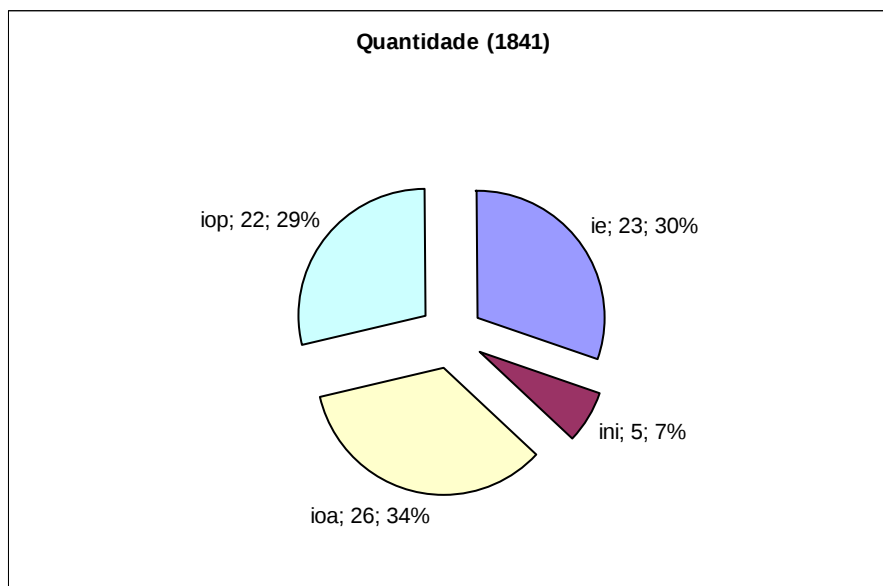
A problemática presente está em que o calculo consistia em se pagar as dívidas, pagar a metade que cabia ao cônjuge vivo e finalmente pagar aos herdeiros secundários por direito. Onde havia inicialmente apenas seis herdeiros passamos a ter a herança dividida em doze partes, com uma série de subdivisões que complexificam ainda mais a partilha.

¹³ Ibidem, p. 4.

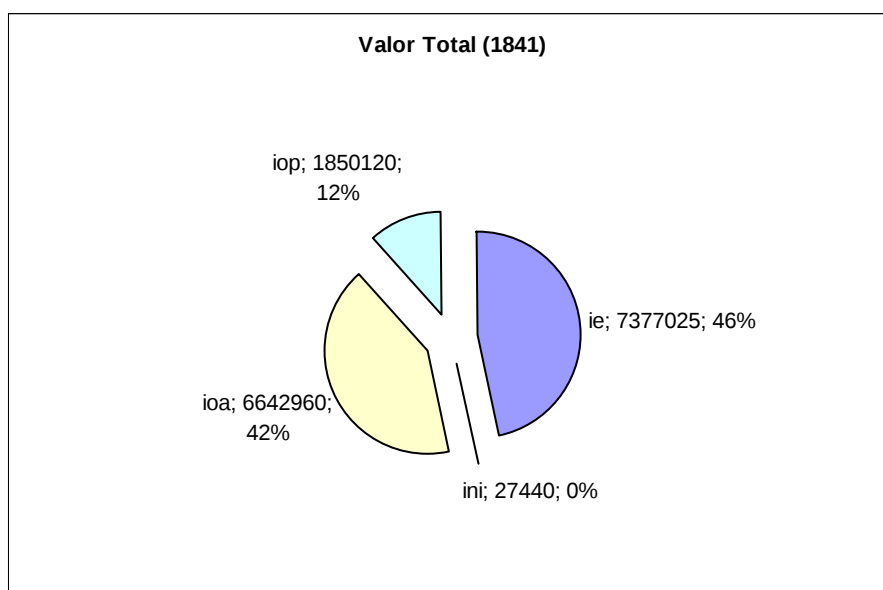
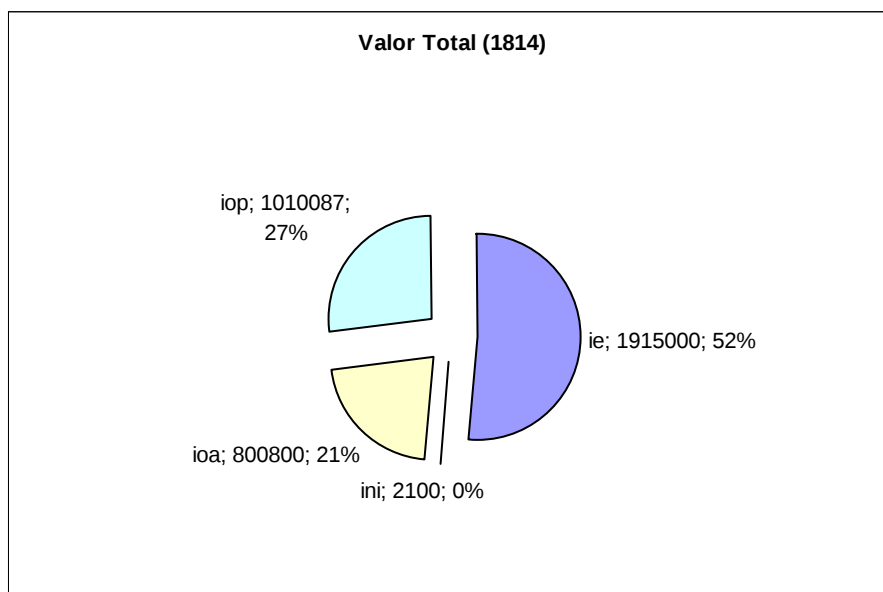
O outro fator preponderante a se considerado é a mudança na configuração dos bens que inicialmente pertenciam ao inventariado. O Sargento Mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira teve, inicialmente, uma descrição que por meio de nosso sistema de análise podemos avaliar da seguinte maneira do ponto de vista das quantidades representadas em gráfico de pizza:



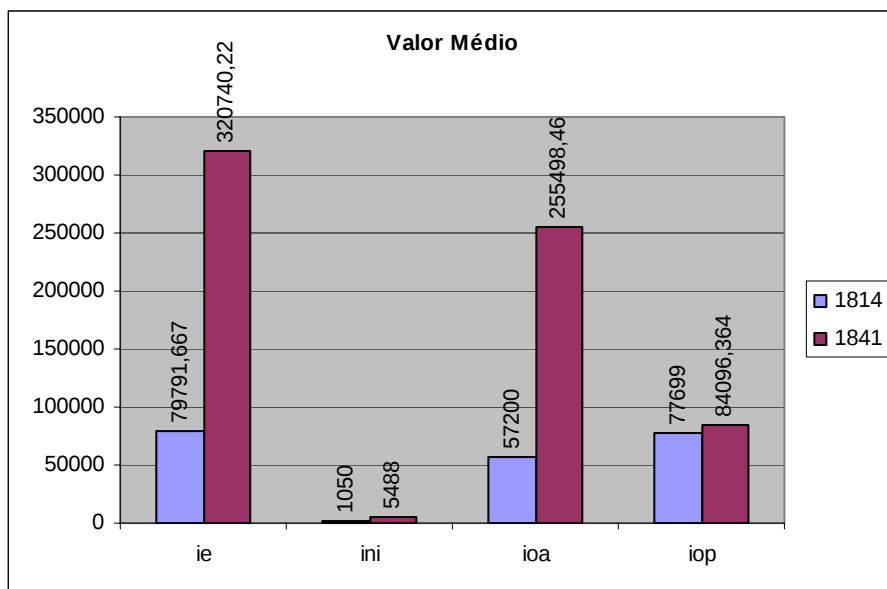
Que não diferem muito das declaradas próximo à partilha no anos de 1841:



Mas que mudam drasticamente se formos analisar do ponto de vista dos valores:



As porcentagens permanecem próximas, mas se alteram o valor dos bens, juntamente com o valor médio de todos os bens no geral.



Tais indícios mostram como análise mais detidas de um documento muitas vezes adotado como sendo apenas de natureza serial

Não podemos esquecer que para além da rede familiar existe uma outra, que entendemos como essencial para que a análise deste inventário seja completa, a formada pelos oficiais camarários. Estes sujeitos estão diretamente envolvidos na realização dos inventários e sem tratarmos deles a nossa análise seria incompleta.

Segundo Adriano Comissili os cargos camarários eram exercidos por membros da elite colonial, e que além disso existia um certo caráter hereditário no acesso a eles. Estes cargos eram rotativos, ou seja mudavam freqüentemente de ocupantes, entretanto apenas uma pequena camada da sociedade era passível de exercerem e entre e estes uma parcela ainda menor era eleita e ocupava estas funções mais de uma vez.¹⁴

Podemos então, através do que acaba de ser dito perceber duas coisas relevantes sobre estes cargos. A primeira seria a respeito da importância da família nesta sociedade. O que pode perceber-se no texto de Silvia Maria J. Brugger onde é abordado o importante papel da família na sociedade colonial como se pode ver em: “Uma vez mais é importante afirmar que a unidade básica a partir da qual a sociedade era pensada não era o indivíduo, mas a

¹⁴ COMISSILI, Adriona. A Formação de “bandos” como meio de oligarquização da Câmara do Continente do Rio Grande de São Pedro(1767-1808).2007.In:www.anphuh.uepg.br. p.1-2.

família.”¹⁵ Ou seja, a família a entidade principal sobre a qual gira todas as outras daí a importância da hereditariedade.

Podemos ainda, tendo como base Silva Brugger fazer algumas observações importantes sobre a relação entre família e grupos de elites inclusive a que era composta pelos que tinham cargos camarários. A autora refere-se que o todos os membros da família faziam parte de uma unidade e que o destino de um influenciava o de todos, prática que pode ser muito bem observada quando nos referidos aos casamentos.¹⁶

Para citarmos um exemplo deste tipo de relação social, tendo como referência as elites camarárias podemos analisar o exemplo da Família Casado trabalhado por Comissili no qual é colocado que este grupo familiar fazia uso de alianças forjadas através do casamento de suas filhas para que através destes meios aumentassem suas redes clientelares e seu poder através da ligação de sua família com a de outros importantes oficiais camarários.

Segundo aspecto que entendemos ser importante refere-se a respeito do importante papel exercido na sociedade por aqueles que estavam ocupando os postos camarários. Michelle Brandão argumenta que os principais cargos camarários eram preenchidos por pessoas que eram da mais alta elite do regional chamados até mesmo de “nobreza da terra” e que o próprio fato de possuir um cargo deste, proporcionava a pessoa grande prestígio social e certas vantagens com relação as outras pessoas perante o Estado.¹⁷

No inventário por nós analisado¹⁸, podemos perceber que nomes como o do Escrivão Jose Mariano da Cruz são por diversas vezes repetido o que nos leva a concordarmos com os autores citados, pois sendo estes cargos rotativos e elegíveis e este inventário ter durado tantos anos e de se desconfiar o fato de esta mesma pessoa ter exercido o cargo por tanto tempo se não levássemos em consideração essas redes clientelares.

Ou seja, se levarmos em consideração essas relações onde pessoas beneficiavam outras e eram por estas beneficiadas através de laços familiares e de amizade é de se esperar que as mesmas pessoas por diversas vezes sejam eleitas para estes cargos.

Outra observação que podemos fazer é de sendo o inventário de uma família de elite, o que podemos perceber através do conteúdo deste, a relação que os herdeiros do Sargento Mor

¹⁵ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Século XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. p.159

¹⁶ Ibidem p156-160.

¹⁷ BRANDÃO, Michelle Cardoso Origem e formação da primeira elite social de Vila do Carmo. ‘Homens bons’, ‘nobreza local’: oficiais da Câmara de Vila do Carmo (1711). Anais da ANPUH de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008 p.2-3.

¹⁸ Casa Setessentista de Mariana, Inventário dos Bens do Sargento Mor Manuel Caetano Lopes de Oliveira, 1814.

Manuel Caetano Lopes de Oliveira tinham com os funcionários era uma relação entre membros de elites. Os primeiros se tratavam de uma elite relacionada com a área periférica de Piranga em quanto o segundo se trata da elite central relacionada com a administração da província.

Uma outra relação possível de se fazer, desta vez nos referindo as redes clientelares, é que a família do Sargento Mor apresenta uma característica própria das elites no século XVIII e XIX e que se relaciona diretamente com as possibilidades de aumentar e fortalecer as suas redes clientelares, a de ter muitos filhos.¹⁹

Silvia Brugger discute em São João del Rei as famílias que mais possuíam filhos eram as que mais tinham maior área de influência. Esta situação pode ser muito bem entendida se levarmos em consideração alguns aspectos, tais como valores ligados a igreja, mas principal aspectos ligados as possibilidades que o tamanho da prole proporcionava nas suas relações sociais.²⁰

Tendo uma família grande era possível fazer bons casamentos e talvez seja dentro desta estratégia família do Sargento Mor se baseou. Este tipo de pensamento pode ser também observado quanto aos membros da elite camarária, exemplo disto era Manuel Bento da Rocha, que preocupava-se com sua impossibilidade de ter sua própria prole e as vantagens que ela poderia proporcionar a ele. Para suprir este problema apadrinhou os filho de outras pessoas.²¹

Concluindo, o escopo de análise que um inventário permite vai muito além do que o presente em nossa exposição. No entanto, cabe a aquele que quer seguir uma trilha dar o primeiro passo. E esse é o primeiro passo que em direção a uma análise mais detida dentro desta classe de documentos.

Alguns apontamentos podem ser feitos sobre o que pretendemos daqui para frente. O primeiro tem a ver com a interligação entre um número maior de inventários e os nossos documentos que consideramos como marco zero de nossa pesquisa. Posteriormente podemos ainda adotar com mais profundidade as fontes complementares, tais como registros de batismo e casamento, ou até mesmo os registros de óbito.

Talvez em meio a esta ampliação de informações relativas ao trato do documento em sua própria época possamos melhorar nossas análises relativas as dinâmicas internas do tempo dos documentos a que tratamos.

¹⁹ BRUGGER p.184-189.

²⁰ Ibidem

²¹ COMISSILI, Adriana. Op cit p. 6.

Bibliografia

- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980. e MARTINS, Roberto Borges. *Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora*. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais, séculos XVIII-XIX*. Mariana: UFOP/ICHS, 1999. (Série Estudos)
- MATTOS, Hebe de Castro. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOS, Hebe de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yeda. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, 8(15):17-26, 1995.
- SANTANA, Paulo Vinicius Silva de. “Os livros dos profissionais da fé: padres e suas bibliotecas na Minas do início do século XIX.” In: *Anais eletrônicos Simpósio Nacional do CEHILA – Brasil 2008 e IX Ciclo de Estudos da Religião: Modernidade, Instituições e Historiografia Religiosa no Brasil*; Virgínia A. C. Buarque et alli. Ouro Preto, 2008.
- GROSSI, Amon Fernandes. O Medo na Capitania do Ouro: Relações de poder e imaginário sobrenatural – Século XVIII. Dissertação de Mestrado, UFMG, FAFICH, 2002, p. 51.
- BRANDÃO, Michelle Cardoso Origem e formação da primeira elite social de Vila do Carmo. ‘Homens bons’, ‘nobreza local’: oficiais da Câmara de Vila do Carmo (1711). *Anais da ANPUH de Minas Gerais*. Belo Horizonte. 2008 p.2-3.